

COGNIÇÃO, SOCIEDADE E O NOVO AUTORITARISMO

UMA ANÁLISE DE ALGUMAS ABORDAGENS CIENTÍFICAS E SUAS CONSEQÜÊNCIAS ÉTICAS

*Humberto Mariotti**

O cérebro existe num corpo, o corpo existe no mundo e o organismo age, move-se, caça, reproduz-se, sonha, pensa. É dessa atividade permanente que emerge o sentido de seu mundo e as coisas.
(Francisco Varela)

RESUMO: Quando aplicadas à prática cotidiana, as teorias científicas levam inevitavelmente a conseqüências éticas, que raramente são mencionadas. No momento atual, em que a maioria dos países do mundo parecem ter se livrado de governos autoritários, convém observar que há uma nova forma de autoritarismo em plena atuação. Ela se origina da suposição de que o mundo é igual para todos, e que portanto deve ser percebido assim. Essa hipótese serve de base à padronização da mente coletiva por estratégias de marketing bem definidas, no plano mundial. Sua base científica pode ser rastreada até teorias como os modelos computacionalista e conexionista de ciência cognitiva. Há, porém, uma terceira abordagem – a ciência cognitiva enativa – que propõe que o mundo em que vivemos é construído por nós mesmos ao longo de nossa interação com ele, no fluxo de nosso viver. Quando levada à prática, essa abordagem tem o potencial de produzir conseqüências éticas opostas às das hipóteses de ciência cognitiva anteriormente mencionadas.

Nos dias atuais, cresce o número de pessoas que acreditam que a sobrevivência do ser humano neste planeta depende de uma profunda mudança em sua mentalidade. Tal modificação conduzirá a uma epistemologia bem diversa da que hoje predomina em nossa cultura. (VARELA, 2000) Ela ocorrerá (ou não) em função de alterações em nossa postura ética, tanto em relação a nós próprios quanto ao meio ambiente.

Este artigo pretende mostrar que uma epistemologia diferente da atualmente dominante pode produzir (como já vem acontecendo em certas áreas) mudanças políticas, científicas, filosóficas e de práticas cotidianas. Estas, por sua vez, despertarão imensas resistências em muitos setores da sociedade (o que, nessas mesmas áreas, já

PALAVRAS-CHAVE: ciência, mente, coletividade, neo-autoritarismo, ciência cognitiva enativa

*Médico psicoterapeuta. Conferencista nacional e internacional. Pesquisador em Ciência Cognitiva. Coordenador do Instituto de Estudos de Complexidade e Pensamento Sistêmico (IECPS-SP) e do Grupo de Estudos de Complexidade e Pensamento Sistêmico da Associação Palas Athena (SP). Autor de, entre outros livros, *Organizações de Aprendizagem* (Editora Atlas, SP) e *As Paixões do Ego: Complexidade, Política e Solidariedade* (Editora Palas Athena-SP).
homariot@uol.com.br
www.geocities.com/complexidade

começa a se tornar evidente). A intensidade dessa resistência constitui, talvez, a melhor demonstração da necessidade dessas transformações.

Há várias maneiras de demonstrar esta tese. Escolhi fazê-lo por meio da ciência cognitiva – a chamada nova ciência da mente – porque, como assinala Francisco Varela (1996), as interações entre os pesquisadores, os tecnólogos e o grande público são de fundamental importância nos dias de hoje, época em que a ciência representa para as nossas sociedades uma espécie de guia ou oráculo, que legítima e sustenta boa parte das ações humanas.

Eis os meus pontos de partida:

- a) nossa idéia de mundo vem de nossa cognição;
- b) conhecemos o mundo segundo nossa estrutura;
- c) essa estrutura cognitiva implica um determinado modo de elaborar o que foi percebido;
- d) os resultados dessa elaboração orientam nossas ações;
- e) tais ações têm conseqüências éticas;
- f) logo, para mudá-las, é preciso modificar nossas idéias sobre a cognição, o que, por sua vez, alterará nossa estrutura cognitiva.

Para aprofundar essa argumentação, são necessárias algumas informações preliminares, a seguir expostas de modo breve.

Ciência cognitiva: despertar e trajetória

Pode-se definir a ciência cognitiva como o estudo da mente e do conhecimento em todas as suas manifestações. Como observam Varela e colaboradores (1997), a expressão “ciência cognitiva” é usada para mostrar que o estudo da mente é, por si mesmo, um empreendimento científico respeitável.

Os primeiros passos nesse sentido foram dados nos EUA, no século 20 (início da década de 40), por um grupo de estudiosos oriundos de várias áreas. Ao longo de cerca de uma década, eles se reuniram em uma série de conferências para estudar a mente e a cognição, e o fizeram de uma forma diferente da até então utilizada pela psicologia tradicional.

Eram engenheiros, antropólogos, cientistas sociais, matemáticos, filósofos, psicólogos e pesquisadores de outras áreas – formavam um grupo interdisciplinar.

Dessa maneira, a interdisciplinaridade tornou-se uma das principais características do que atualmente conhecemos como ciência cognitiva, e hoje a beneficia com a convergência de cinco disciplinas: neurociências, psicologia cognitiva, inteligência artificial, lingüística e filosofia.

Essa primeira fase ficou conhecida como período cibernético. De um modo sumário, pode-se dizer que suas características básicas são: a) escolha da lógica matemática como instrumento de descrição do funcionamento do sistema nervoso e da mente; b) utilização da teoria geral dos sistemas como fio condutor de raciocínios e pesquisas; c) surgimento da teoria da informação; d) construção dos primeiros robôs.

Em 1956, começou a segunda fase da ciência cognitiva, o chamado período cognitivista ou computacional. Seus principais pressupostos são: a) o cérebro é um computador neuronal produzido pela evolução; b) a cognição resulta do processamento de informações vindas do mundo natural; c) tais informações são processadas num nível simbólico existente na estrutura cerebral. Em outros termos, o que percebemos do mundo são representações.

A metáfora do computador logo se tornou o “núcleo duro” da ortodoxia cognitivista. O cérebro é o hardware, e as informações por ele processadas, o software. O processamento das informações vindas do ambiente – ou computação – é feito sobre símbolos, isto é, elementos que representam as percepções às quais correspondem. A dimensão cerebral que abriga os símbolos como realidades físicas não é redutível à realidade tecidual, concreta desse órgão.

O pressuposto de base do cognitivismo é que o mundo é determinado, isto é, pré-dado em relação ao observador, que assim o perceberia de modo passivo: absorveria informações que já viriam configuradas de fora. A esse modo de pensar chama-se representacionismo. Ele afirma que o mundo corresponde às representações mentais que dele fazemos em nossa mente. A mente seria, assim, um espelho da natureza. Esse mundo anterior à nossa observação conteria informações independentes de nossa elaboração, cabendo-nos extraí-las dele por meio da cognição.

A hipótese cognitivista sustenta que o cérebro manipula (processa) apenas os atributos físicos dos símbolos (isto é, sua forma), mas não a sua semântica (seu significado). Essa particularidade criou uma dificuldade teórica. Como sabemos, no caso do computador o programador humano insere os programas (o software) e também sua semântica, isto é, o que eles significam. Já no caso do cérebro, que só lida com os aspectos físicos dos símbolos, quem inseriria esses significados?

Essa questão, não satisfatoriamente resolvida, levou à busca de novas formas de teorização. Surgiu então a terceira fase da ciência cognitiva – o chamado período conexcionista. Aqui, a hipótese fundamental é que a cognição ocorre na dinâmica das redes de neurônios, de cujas conexões surgem as chamadas propriedades emergentes. O processo consiste, então, na emergência de estados globais a partir de redes de componentes simples. Não mais se trata de processar símbolos, mas sim dos resultados das interações complexas entre os elementos constitutivos dessas redes. O conexionismo mantém a idéia de que o mundo é anterior à experiência do observador e que a cognição corresponde a representações mentais.

A abordagem enativa

Além das hipóteses cognitivista e conexcionista (que foram seguidas por propostas de fusão entre ambas), há a alternativa proposta por Francisco Varela – a abordagem a que ele deu o nome de enativa.

Aqui a perspectiva muda radicalmente, porque a base passa a ser o conjunto das idéias desenvolvidas por Varela em colaboração com Humberto Maturana. (1974; 1980; 1992) Para esses autores, a cognição não consiste em representações que o observador faz de um mundo que é predeterminado em relação a ele. Em vez disso, o processo cognitivo é visto como uma construção de mundo – uma construção dinâmica e, portanto, inseparável do histórico de vida, do processo de viver.

Isso implica que os seres vivos são estruturalmente determinados, isto é, percebem o mundo segundo sua estrutura. A percepção de um sistema vivo num dado momento depende de sua estrutura nesse momento. O que vem de fora apenas deflagra potencialidades que já estão determinadas na estrutura do sistema que percebe.

Varela sugere uma metáfora útil para a compreensão desse conceito, que modifico um pouco e passo a expor. Imaginemos uma campanha de vento – aqueles tubos metálicos de diferentes diâmetros e comprimentos que se penduram nas varandas das casas para que, tangidos pela brisa, produzam som. O som que um móbile desses produz não é determinado pelo vento, e sim pelo modo como os tubos se relacionam uns com os outros para formar o conjunto. O vento apenas

deflagra potencialidades que residem na estrutura desse conjunto. O móbile está em interação (acoplamento) constante com o meio, do qual vem o vento. Seja este mais forte ou mais fraco, o som produzido pelo móbile será sempre uma potencialidade da interação de seus tubos. O soprar do vento desencadeará algo que está determinado na estrutura do móbile. Assim, o vento e o móbile se co-determinam e o som emerge dessa interação.

O mesmo fenômeno pode ser ilustrado pela percepção cromática, como observa Varela. Percebemos as cores de modo diferente dos pombos, por exemplo, cuja visão é pentacromática. As abelhas, por sua vez, têm visão ultravioleta. Então qual será, afinal de contas, a cor do mundo? É lógico admitir que ele deva ter uma cor – mas não sabemos qual é. Tudo o que conhecemos são cores percebidas segundo estruturas determinadas (sejam elas de seres humanos, de pombos, de abelhas etc.) e em interação com o ambiente. Assim, é lícito supor que o mundo seja o mesmo para todos os seres vivos – mas que, seguramente, não é percebido do mesmo modo por todos eles.

Para Varela e Maturana, portanto, a cognição é uma construção que resulta da interação do ser vivo com o seu mundo. À medida que vive, ele o vai construindo – e vai sendo também por ele construído. Trata-se de uma relação de congruência, co-determinação, co-criação.

Na enação não há mais necessidade da representação de um mundo anterior à percepção do observador. Não se trata de uma estrada já aberta, mas sim da construção de um caminho pelo próprio caminhante, que interage com ele momento a momento. Como nos versos do poeta espanhol Antóniô Machado: “Caminante, no hay camino / se hace camino al andar” [“Caminhante, não há caminho / o caminho se faz ao caminhar”]. Esse processo constitui um en-agir, um fazer-emergir, uma ação intimamente ligada ao autor.

Assim, há pelo menos dois modos de considerar um caminhar, e cada um deles tem suas próprias conseqüências éticas. O primeiro consiste em levar em conta apenas o ponto de chegada. É o que poderíamos chamar de viagem de resultados. O que interessa é o ponto final. No segundo, o interesse maior está voltado para o para o trajeto, isto é, para o processo. Diz-se então que o caminho se faz ao caminhar, desvela-se à medida que o percorremos. No primeiro caso estamos preocupados com um ponto, com uma coisa. No segundo, interessa-nos um processo. No primeiro caso, abrevia-se o mais possível o caminho, porque ele

não interessa. No segundo, busca-se a experiência do trajeto.

É claro que há momentos da vida em que o que nos deve interessar mesmo é a meta final, e há circunstâncias em que podemos e devemos apreciar o que ocorre durante o caminho. No mais das vezes, porém, nossa atenção deve estar voltada não apenas para a meta, mas também para o trajeto que foi percorrido para atingi-la.

De todo modo, uma coisa é certa: o fato de não nos preocuparmos com o caminho não significa que podemos eliminá-lo. O fato de tentarmos excluir a experiência não significa que estejamos livres dela – nem das conseqüências dessa tentativa de exclusão.

Tudo isso significa que não somos passivos diante do mundo. Nós o percebemos à medida que o construímos e enquanto somos por ele construídos. Trata-se de um processo dialógico. A cognição não é uma simples representação do mundo em nossas mentes: resulta de nossa interação com ele. Trata-se de um desvelamento.

Na abordagem enativa, é fundamental observar que: a) a mente não é uma instância abstrata e separada do cérebro, isto é, ela está encarnada; b) o cérebro faz parte do corpo; c) o corpo faz parte do mundo e nele vive sua história, segue o fluxo de sua existência. O corpo e seu meio ambiente vivem histórias que interagem enquanto dura o processo vital de ambos. Quando Varela diz que a mente está encarnada no cérebro (e portanto no corpo), sustenta também que ela não está separada do mundo, porque todo ser vivo é um ser-no-mundo, como escreveu Martin Heidegger. (1962) O ser vivo está encarnado no mundo: faz parte da carne do mundo, como dizia Merleau-Ponty.

Para a abordagem enativa, a interação produz significados compartilhados. Fazer-emergir é fazer-emergir-com. Aqui não se excluem os sentimentos, as emoções, a dimensão histórica e o contexto em que ocorrem os fenômenos. Tudo isso tem efeitos sobre a cognição. A cognição não é um meio de resolver problemas propostos por um mundo pré-dado: ela define questões na interação com o mundo. A ciência não se afasta da experiência; ao contrário, como diz Varela, a experiência é o *locus* de uma unidade cognitiva. Ao inverso do que se possa imaginar, nada disso diminui o rigor da abordagem enativa. Como observa Varela, em vez de lidar com símbolos e regras, é preciso trabalhar com sistemas compostos de variáveis reais, utilizando equações diferenciais.

As conseqüências éticas

Diante de tudo isso, não é difícil deduzir que as conseqüências éticas do cognitivismo e do conexionismo são muito diferentes das da abordagem enativa. Nossa preocupação, cuidado e responsabilidade em relação a um mundo que é parte de nossa carne – e de cuja carne fazemos parte – é muito diferente da atitude diante de um mundo do qual estamos separados e que é predeterminado em relação a nós.

Examinemos agora as seguintes passagens de Howard Gardner:

O terceiro aspecto da ciência cognitiva é a decisão deliberada de não enfatizar certos fatores que podem ser importantes para o funcionamento cognitivo, mas cuja inclusão neste momento complicaria desnecessariamente o empreendimento cognitivo-científico. Estes fatores incluem a influência de fatores afetivos ou emoções, a contribuição de fatores históricos e culturais, e o papel do contexto de fundo no qual ocorrem atitudes ou pensamentos particulares. (1996:20)

E, mais adiante:

Embora os cientistas cognitivos da linha dominante não tenham necessariamente aversão ao campo afetivo, ao contexto que cerca qualquer ação ou pensamento, ou à análise histórica ou cultural, na prática eles tentam excluir ao máximo esses elementos. Até mesmo os antropólogos o fazem quando estão atuando como cientistas cognitivos. Isto pode ser uma questão de praticidade: caso se fosse levar em consideração estes elementos individualizantes e fenomenalistas, a ciência cognitiva poderia tornar-se inviável. Em um esforço para explicar tudo, acaba-se não explicando nada. E assim, pelo menos provisoriamente, a maioria dos cientistas cognitivistas tenta definir e investigar problemas de forma tal que uma explicação adequada possa ser dada *sem que se recorra a estes conceitos obscuros*. (1996:56, *grifos do autor*)

Trata-se, portanto – é o que está escrito, com todas as letras –, de excluir os sentimentos e emoções, os fatores históricos e culturais, e o contexto. Isto é, afastar tudo aquilo que fundamentalmente caracteriza o ser humano – porque tudo o que é humano implica inevitavelmente afetividade, emocionalidade, culturalidade, historicidade e contextualidade (não há ser humano sem mundo).

Todos esses fatores são expurgados porque são julgados “obscuros”. O que se quer, pois, é estudar a mente excluindo o homem do estudo. Eis aqui um exemplo

nítido de separação sujeito-objeto e de observação não-participante. Pretende-se estudar a mente como se ela estivesse fora do corpo, e até mesmo fora do mundo, ou seja, uma mente não-encarnada, uma coisa, um “isso” e não um fenômeno natural.

O afã de formalizar, mecanizar, quantificar e artificializar caracteriza, assim, uma ciência afastada da experiência humana, como notou Varela. Uma ciência que exclui, que expurga em nome de uma suposta “objetividade”.

É importante assinalar que a ciência sempre produz, por meio da tecnologia, modificações nas práticas cotidianas das culturas nas quais se manifesta. Além disso, como muitos (inclusive Varela) assinalam, a ciência cognitiva e as tecnologias dela derivadas constituem a revolução mais importante desde a física atômica. Como a física, ela terá (já vem tendo, aliás) um papel importantíssimo em nossas sociedades.

Tudo isso mostra como excluir o humano produz conseqüências éticas importantes, dentro e fora do âmbito das teorias. Tentar, mesmo que provisoriamente, afastar a incerteza, a aleatoriedade, a finitude e a imprevisibilidade corresponde a pretender negar aquilo que mais visceralmente caracteriza a condição humana. O ser humano só é (e mesmo assim até certo ponto) matematizável e quantificável em relação aos parâmetros de sua vida mecânica: ingestão, digestão, excreção, reprodução e as praxes sociais a isso destinadas ou daí decorrentes. Existe, porém, a vida não-mecânica. E esta, além dos sentimentos e das emoções inclui os fatores já mencionados, que a ciência cognitiva ortodoxa pretende expurgar.

Se partirmos do ponto de vista de que o que não é quantificável pode “complicar desnecessariamente o empreendimento cognitivo-científico” (ou qualquer outro empreendimento), conclui-se que é preciso afastar o homem. Isso pode ser tentado, é claro – mas as conseqüências são quase sempre desastrosas. Basta observar, no plano mundial, a exclusão social desencadeada pelas práticas da economia “globalizada” do neoliberalismo.

É evidente que todos têm inteira liberdade para adotar e defender o cognitivismo, o conexionismo (este já mais próximo da biologia), alguma forma de fusão entre eles, ou outras teorias ainda por surgirem. Isso vale para qualquer outro modo de pensar, em qualquer campo. No entanto, é preciso que quem o fizer esteja consciente das conseqüências éticas implicadas, isto é, do pensamento daí decorrente, das ações dele oriundas e de seus resultados quando da aplicação à prática cotidiana.

Já que vivemos num mundo de homens “práticos”, numa cultura de resul-

tados (e resultados quantitativos), nada mais natural do que tomar consciência dos resultados dessa prática e desses resultados. Pode-se (e deve-se) quantificá-los. Por exemplo: no mundo de hoje, quantos milhões de pessoas estão à margem dos benefícios tecnológicos derivados da ciência, inclusive a cognitiva? Eis o que realmente importa averiguar: que tipo de responsabilidade (ou irresponsabilidade) se origina dessa ou daquela teoria (científica ou não), a partir do momento em que ela dá origem a pensamentos, que por sua vez levam a práticas sociais?

Para muitas pessoas, pode parecer absurdo ver o cérebro como um computador, separar dele a mente e, como se isso não bastasse, expurgar do âmbito do estudo da mente dimensões inerentes à condição humana. Mas é exatamente isso o que aconteceu na prática, sendo os modelos ortodoxos de ciência cognitiva os que predominam atualmente.

A “McDonaldização” do mundo

O expurgo das características fundamentais da condição humana tem vários objetivos. Um deles é padronizar e quantificar as pessoas. Essa circunstância, por um lado, as reduz a meios de produção e, por outro, as transforma em clientes – máquinas de consumo e descarte. Hoje, esse projeto vem sendo posto em prática de forma avassaladora, e tem sido denunciado de muitos modos e em inúmeras publicações e pronunciamentos. Corresponde ao que George Ritzén, em livro publicado nos EUA em 1996, chamou de “McDonaldização da sociedade” - como assinalam Rafael Alcadipani e Ricardo Bresle¹. Em meu livro *As paixões do ego: complexidade, política e solidariedade* (MARIOTTI, 2000) examino em detalhes esse conjunto de fenômenos. Porém, dada à sua importância, convém reexaminá-lo. É o que passo a fazer, desta vez a partir de outros ângulos.

Pode-se dizer que esse ímpeto mensurador, racionalizador e padronizador reflete as orientações básicas do que se convencionou chamar de projeto da modernidade, cujas características principais são o controle, a previsibilidade e a quantificação. Ou, como diz Edgar Morin, ciência materialista, razão laica e inevitabilidade do progresso histórico. Não é de admirar, portanto, que, partindo da exclusão das características ontológicas do ser humano, se tenham tomado medidas concretas para excluí-lo *tout court*. É o que vem acontecendo, de modo

¹Termo cunhado pelos autores para se referir ao tipo de ensino praticado atualmente nas escolas e universidades brasileiras, conforme Referências Bibliográficas ao final deste artigo.

²A este respeito, é importante que todos tomem conhecimento do trabalho fotográfico de Sebastião Salgado, documentado em diversos livros – *Êxodos*, por exemplo – e em exposições no mundo inteiro. Lá se apresentam os resultados de três séculos de quantificação, racionalização e controle, hoje consubstanciados na globalização neo-liberal.

mais que explícito, no mundo de hoje².

Além dessa dramática constatação é possível apontar outras, facilmente verificáveis em muitas das áreas que constituem o nosso dia-a-dia. A seguir, descrevo algumas de suas características. É claro que todas elas estão interligadas.

Negação da reflexão. A indução à ação pura, não pensada, e à satisfação imediata dos desejos (em especial os de ordem material) tem um objetivo bem definido. Para compreendê-lo, é importante lembrar a relação entre experiência e reflexão, delineada por Varela (1998). Para ele, a experiência é uma forma de consciência. Contudo, é uma consciência à qual falta a reflexão, a capacidade reflexiva. A reflexão confere à consciência a dimensão humana. “Se só tenho a experiência”, diz Varela, “não serei mais que um gorila”. (1998:109-112)³

A reflexão que se segue à experiência abre-nos a possibilidade de trabalhá-la e ampliá-la. Pode-se dizer que ela é um meio, e dos mais importantes, de ajudar a perceber o mundo, ver como ele se desvela em suas interações conosco – como ele é construído por nossa experiência e, por sua vez, a constrói. Ou, como diz Varela, “explorar a experiência humana com grande rigor de coleta de dados fenomenais. (1996:330-350)⁴

A conclusão acaba sendo um lugar-comum: condicionar as pessoas à pressa, ao imediatismo, ao desejo de saciedade instantânea e invariável e, principalmente, à padronização de movimentos, escolhas e desejos, é uma forma eficaz de evitar que elas pensem – é a negação de sua capacidade reflexiva. Trata-se de um modo de impedir que construam seus mundos segundo suas estruturas e, assim, passem a acreditar que existe um mundo igual para todos, que pode ser facilmente padronizado, bitolado, edulcorado. E quem não o perceber dessa maneira está com problemas: é diferente, excêntrico, “subjetivo”; enfim, está à margem da sociedade estabelecida.

Portanto, a negação da reflexão é uma forma de controlar as pessoas. São platitudez que nem mereceriam repetição, não fosse exatamente esse o nosso principal problema: não somos (é o que mostram os registros históricos) capazes de perceber o óbvio. Uma amostra pode ser encontrada no livro de Barbara Tuchman, *The march of folly* (1999), traduzido no Brasil com o título de *A marcha da insensatez*.

Se o mundo é igual para todos – como sustenta a hipótese representacionista –, que necessidade há de refletir sobre ele? Que necessidade há de pensar sobre nossa experiência? O corolário é que se o mundo é predeterminado, se é o mesmo para todos, basta manipulá-lo que as pessoas serão também facilmente manipuladas – e em massa.

³O texto do qual se extraiu esta citação e que se encontra nas referências bibliográficas ao final deste artigo, pode ser acessado na Internet:

www.ccr.jussieu.fr/varela/welcome/html

⁴Esta citação foi extraída de texto incluído entre as referências bibliográficas ao final deste artigo e que também pode ser acessado pela mesma página eletrônica citada na nota anterior.

São mais obviedades, que quanto mais patentes se mostram menos percebidas são.

As relações entre o modelo de cognição representacionista e as muitas formas de autoritarismo são também evidentes. Destaco o chamado novo autoritarismo, que, alegando proporcionar “liberdade de escolha”, na verdade impõe às pessoas o chamado “pensamento único”. Posto de outra forma: teoricamente podemos construir o mundo que quisermos, desde que ele seja o mesmo para todos e possa ser quantificado, padronizado e pasteurizado – um mundo de resultados, enfim. As implicações de tudo isso em relação à educação também são óbvias e têm sido examinadas de várias maneiras. Como exemplo, cito um artigo recente de Rafael Alcadipani e Ricardo Bresle, cujo título é, apropriadamente, McDonalldização do ensino: universidades e escolas adotam o modelo da fast-imbecilização. (Vide nota1)

Como já foi dito, a manutenção da separação mente/cérebro, endossada pelo cognitivismo, afasta a ciência da experiência. Ao propor uma mente não-encarnada, essa abordagem propicia, por um lado, a apropriação do corpo para a produção de energia mecânica. Como tal energia já não é tão importante nesta era do virtual, o corpo ficou sujeito (e muito freqüentemente é conduzido) ao descarte em massa. Por outro lado, essa mesma orientação permite a apropriação da mente, que assim pode ser submetida com facilidade ao “pensamento único” e, dessa maneira, é impedida de questionar a apropriação do corpo.

Neotaylorismo. A padronização da gestualidade para a produção, no menor tempo possível, de energia mecânica, é a característica básica do taylorismo, ou gerência científica, que se consolidou no começo do século 20. O objetivo era o de sempre: calculabilidade (previsibilidade, evitação da incerteza), eficiência (os fins justificam os meios) e padronização. Como se sabe, tais práticas deram margem a muitas críticas. Uma delas foi o célebre filme de Charles Chaplin, *Tempos Modernos*; a outra, a conhecida frase de Albert Camus: “Os homens não estão em ordem, estão em fila”. (1979:15)

Para quem pensa que o taylorismo acabou, será uma surpresa constatar que ele não apenas continua, como se sofisticou muito e pode ser facilmente observado visitando-se qualquer uma das lojas de *fast food* que proliferam nas grandes cidades de todo o mundo. Talvez os cientistas cognitivistas se surpreendam (é lícito supor que eles não planejaram nada disso), mas o fato é que esse neotaylorismo segue, passo a passo, algumas de suas propostas:

- a) exclusão dos sentimentos e emoções: pela padronização do paladar, do olfato, da visão, dos gestos, do senso estético – pela impessoalidade, enfim;
- b) exclusão do contexto: a filosofia dos *fast food* de Nova York é a mesma dos de Moscou, São Paulo, Paris, Roma e assim por diante;
- c) exclusão dos fatores culturais, históricos e sociais: com pequeníssimas variações (concessões às culturas locais), nessas lojas serve-se exatamente a mesma comida, os alimentos têm praticamente os mesmos nomes, trabalha-se no mesmo ritmo e com a mesma idéia de temporalidade, espacialidade e quantificação.

O *fast food* neotaylorizado, tal como as linhas de montagem industriais, e como proposto pela ortodoxia da ciência cognitiva, afasta-se da biologia e se aproxima da engenharia; distancia-se da diferença e se avizinha da repetição; afasta-se da experiência e se aproxima das ciências ditas exatas; vai para longe do processo e para perto dos resultados. Numa palavra: valoriza o valor-coisa e desvaloriza o valor-processo.

Clientização. Para se manterem, o neotaylorismo e as práticas sociais congêneres precisam arregimentar e conservar seus públicos-alvo. Se o objetivo é vender padronização, imediatismo e repetitividade, é preciso induzir as pessoas a serem padronizadas, imediatistas e repetitivas: fazer as mesmas coisas, no menor tempo possível e fazê-las sempre.

Isso implica que as pessoas devem ser transformadas em clientes. É o que chamo de *clientização*. Para tanto, é preciso que elas: a) sejam impedidas de raciocinar (porque tudo já vem empacotado e com instruções de uso); b) tenham seus desejos prontamente atendidos: ao menor sinal de insatisfação, tal como bebês que ameaçam chorar, elas recebem, já prontas para o consumo, suas “mamadeiras”. Eis a vida conduzida apenas pelo princípio do prazer – a filosofia da satisfação instantânea como estratégia de manutenção de comportamentos infantis e, assim, mais facilmente controláveis.

Desse modo criam-se populações regredidas, *pavlovianamente* condicionadas e, portanto, alienadas. A partir daí, fica fácil induzir condutas estereotipadas que padronizam o paladar, o olfato, a audição, o senso estético e assim por diante.

A condição *si ne qua* para alguém ser clientizado é ter dinheiro para pagar pelos produtos e serviços padronizados. Quem não o tem não pode ser um cliente. E, como na ótica da nossa cultura de resultados quantitativos não existem senão

clientes, quem não é cliente não é nada. Precisa, portanto, ser excluído.

Substituem-se a reflexão e a individualidade pelo individualismo, pela “competitividade” e pela ética do empanturramento. Da condição de pessoa, passa-se ao status de cliente; da cidadania, à mentalidade de rebanho; da reflexão, à obediência. É assim que o indivíduo vai, sem se dar conta disso, do qualitativo ao quantitativo. E ainda acredita piamente que está adquirindo uma “boa qualidade de vida”.

O neo-autoritarismo

Nos últimos tempos, ouvimos com frequência que uma das grandes conquistas das sociedades atuais é o virtual desaparecimento das ditaduras em todo o mundo. A constatação é sem dúvida auspiciosa e deve ser aplaudida. No entanto, ela não implica a eliminação de todas as formas de autoritarismo.

Em outras palavras, a diminuição da quantidade de governos ditatoriais no mundo não significa, necessariamente, liberdade de pensamento, que por sua vez leva à liberdade de escolha. Tal não acontece, porque continuamos vivendo em uma cultura na qual, para a maioria das pessoas, a liberdade de pensar e escolher está controlada pelo marketing e outros meios de condicionamento de massa.

Tudo isso é bem conhecido. O que não é amplamente sabido é o que existe por trás dessa estrutura de indução das pessoas à obediência e ao conformismo. Em *As paixões do ego* (op.cit.), mostro que a causa mais importante desse fenômeno é a profunda formatação da mente de nossa cultura pelo modelo mental linear. Esse modelo propõe que as causas são imediatamente anteriores aos efeitos (ou estão muito próximas deles) e ambos estão sempre no mesmo contexto de espaço e tempo. Um dos resultados disso é que hoje, mais do que nunca, as dimensões mecânicas e econômico-financeiras da vida são vistas como um fim em si. E que também, mais do que nunca, as pessoas se identificam com os valores do capital.

Nossa tradição cultural, que remonta a Platão, nos convenceu de que existe uma hierarquia do conhecimento. Acreditamos que a ciência está acima de tudo, que o conhecimento técnico e acadêmico vem logo abaixo dela e que, por último, está o conhecimento gerado pela interação das pessoas “comuns” – isto é, por todos nós. As conversações da ciência seriam “superiores” às do grande público, e deveriam ser vistas por ele como um guia, farol ou oráculo a seguir. Não há dúvida

de que, em muitas ocasiões, isso é verdadeiro. Mas também é verdade que, em muitos casos, as redes de conversações formadas pelo grande público produzem conhecimentos de importância.

Assim, a inclinação para privilegiar determinados ideários e ideologias baseia-se no pressuposto, firmemente enraizado em nossa cultura, de que os conhecimentos ditos científicos são “mais corretos”, “mais exatos” e, portanto, “mais importantes” do que os demais. Mesmo no âmbito das ciências, as chamadas “exatas” são privilegiadas, o que as leva a serem consideradas “mais sérias” ou “mais confiáveis” do que as “humanas”.

Essa é a posição da ciência cognitiva ortodoxa. Ao agir assim, ela dá a sua contribuição à tarefa na qual todos nós, há séculos, nos empenhamos com afinco: fazer com que o homem se divida e se aliene de si próprio. Fazer com que ele se distancie cada vez mais de seu lado “não-exato”, no qual se encontram os “conceitos obscuros” – aquelas dimensões que mais profundamente definem a sua condição.

É claro que, pelo menos em tese, tudo o que os cientistas querem é exercer suas funções. Eles não têm, naturalmente, nenhuma intenção de causar danos ou problemas. Contudo, não há dúvida de que existe aquilo que Morin chamou de ecologia do pensamento, que por sua vez gera a ecologia da ação: nossos pensamentos e atitudes repercutem muito além de nossas intenções e atuações imediatas, o que mostra que, como ocorre com qualquer circunstância humana, o projeto científico não está isento de variáveis que não podem ser controladas e/ou excluídas, embora com frequência ele tente se auto-enganar a esse respeito. Recordemos uma frase de Jean-Pierre Dupuy: “Sem poder tornar-se senhor e proprietário do mundo, o cientista constrói dele uma imagem mais simples e tão fiel quanto possível, da qual, como de um fetiche, garante o domínio”. (1996:185)

Não nos esqueçamos da imensa (e em muitos casos justificada) autoridade moral que a ciência exerce em nossa cultura. Mas também não nos esqueçamos de que os cientistas, como qualquer ser humano, são animados – uns mais, outros menos – pela vontade de poder. É nesse sentido que a visão representacionista de mundo pode reforçar os três grandes objetivos da modernidade: a previsão, o controle e a quantificação.

Esses objetivos sempre compuseram a base de todos os autoritarismos. Estes necessitam da ciência para dar-lhes credibilidade e, conseqüentemente, mais autoridade. O marxismo-leninismo, por exemplo, fazia questão de proclamar-se

científico. É exatamente esse o papel que, hoje, as ciências cognitivas ortodoxas (entre muitas outras) cumprem em relação ao chamado “pensamento único”.

Não estou, é claro, afirmando que os modelos representacionistas tenham, deliberadamente, preparado o terreno para formatar uma sociedade sobre a qual ficou muito fácil exercer comandos. Mas o fato é que o pressuposto de que o mundo é igual para todos facilita, e muito, a emissão de sugestões e ordens padronizadoras. O chamado “pensamento único” é de extrema utilidade para manter esse *status quo*. Numa época em que a ciência tenta se aproximar cada vez mais da sociedade⁵, enfraquece o argumento de que aquilo que vale para ela pode ser separado do âmbito sociocultural.

Também não estou afirmando que a ciência cognitiva ortodoxa conduziu diretamente ao “pensamento único” do novo autoritarismo. Entretanto, não se pode deixar de observar que em ambos os casos existe uma identidade de princípios, que leva à negação do humano e às suas desastrosas conseqüências.

A idéia de um mundo predeterminado nega o valor da experiência e da reflexão, favorece o condicionamento e a padronização e, no limite, a dominação. Um mundo assim não é desvelado, não é construído. Vive-se nele como quem segue um manual de instruções já prontas, vindas de fora. Um mundo predeterminado não é um horizonte a desvelar, e sim um *corpus* de diretivas a obedecer. Por que então cuidar dele, responsabilizar-se por ele?

O objetivo de todas essas estratégias é simplificar o que não pode ser simplificado – a complexidade inerente aos fenômenos da natureza – e, por fim, excluir o que não se presta à quantificação e à “mecanicização”. Tenta-se criar uma ética da super-simplificação, a ser imposta a seres que só podem ser compreendidos em sua totalidade e complexidade. Os resultados estão aí, à vista de todos. O propósito inicial pode ter sido apenas propor a hipótese de que o mundo é predeterminado e, por esse motivo, deve ser percebido de modo padronizado. Na prática, porém, não se conseguiram ocultar as evidências de que estamos construindo um mundo que a cada dia nos aterroriza mais.

⁵Fenômeno que hoje se conhece como “terceira cultura”.

Conclusões

- a) a manutenção da crença de que existe uma verdade fora de nós, que é a mesma para todos e que pode ser veiculada por meio de discursos “autorizados”, é essencial à manutenção das atuais estruturas de dominação social;
- b) para que essas estruturas funcionem, é indispensável que todos estejam convencidos de que o mundo corresponde à representação que dele fazemos em nossas mentes;
- c) em outros termos, é necessária a manutenção da crença de que tudo está determinado antes de nossa participação;
- d) manter essa crença é um dos papéis (não importa se consciente ou não) de boa parte do pensamento científico atual;
- e) esse mundo predeterminado deve ser aceito sem questionamentos. Devemos viver nele como quem segue um manual de instruções elaboradas fora de nossa percepção;
- f) nos dias atuais, esses são os principais fundamentos das éticas que levam à criação e à manutenção do conformismo e da obediência coletivos;
- g) enquanto nossa cultura permanecer formatada pelo pensamento linear, terá imensas dificuldades para produzir modelos mentais diferentes desse padrão;
- h) como vimos ao longo deste texto, a abordagem enativa da cognição é uma proposta que pode contribuir substancialmente para mudar essa situação.

ABSTRACT: When applied to daily practice, scientific theories inevitably lead to ethical consequences that are rarely mentioned. Nowadays, when the majority of countries in the world seem to be free of authoritarian governments, it is important to pay attention to a new and active form of authoritarianism. It comes from the hypothesis that the world is the same for everybody, and therefore must be perceived like that. This hypothesis works as the basis of the standardization of collective mind by well-defined worldwide marketing strategies. Their scientific basis can be traced to theories such as the computationalist and the connexionist models of cognitive science. There is, however, a third approach – the enactive model of cognitive science –, that proposes that the world in which we live is constructed by ourselves along with our interactions with it, in the very flow of the living process. When lead to practice, this approach has the potential to produce ethical consequences opposed to those seen in the case of the two aforementioned approaches to cognitive science.

KEY WORDS: Science, mind, collectivity, neo-authoritarianism, enactive cognitive science.

BIBLIOGRAFIA

- ALCADIPANI, Rafael & BRESLE, Ricardo. McDonaldização do ensino: universidades e escolas adotam o modelo da fast-imbecilização, *CartaCapital*, ano 6, No. 122, 10 de maio de 2000, pp. 20-24.
- CAMUS, Albert . *Estado de stio/O estrangeiro*, São Paulo, Abril Cultural, 1979
- DUPUY, Jean-Pierre. *Nas origens das ciências cognitivas*, São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996
- GARDNER, Howard. *A nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1996
- HEIDEGGER, Martin. *Being and time*. Nova York, Harper & Row, 1962.
- MARIOTI, Humberto. *As paixões do Ego: complexidade, política e solidariedade*, São Paulo, Palas Athena, 2000
- TUCHMAN, Barbara W.. *The march of folly: from Troy to Vietnam*, Londres, Abacus/Little, Brown and Company, 1999.
- VARELA, Francisco. O caminhar faz a trilha. In: THOMPSON, William Irwin (org.) *Gaia: uma teoria do conhecimento*, São Paulo, Gaia, 2000
- _____. *Invitation aux sciences cognitives*, Paris, Éditions du Seuil, 1996
- _____, Le cerveau n'est pas un ordinateur; on ne peut comprendre la cognition si l'on s'abstrait de son incarnation, *La Recherche*, No. 308, Avril 1998, p. 109-112, Entretien avec Francisco Varela par Herve Kempf.
- _____, Neurophenomenology: a methodological remedy to the hard problem, *J. Consc. Studies*, 3: 330-350, 1996.
- _____, THOMPSON, Evan & ROSCH, Eleanor. *The embodied mind: cognitive science and human experience*, Cambridge, Massachusetts, The Massachusetts Institute of Technology Press, 1997

E
C
C
O
S

R
E
V.

C
I
E
N
T.

n. 1
v. 2

jun.
2000